

A Força da Imigração Italiana na Construção de uma Cultura Empresarial

Ricardo Savacini Pandolfi

Resumo O objetivo do artigo é compreender a construção do capital cultural dos ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos familiares, o que gerou estratégias de racionalidade, certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. Esse contexto possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais, e de desdobramentos no campo empresarial em Colatina, no Espírito Santo. Recorremos ao método indiciário como método de pesquisa e à utilização de entrevistas como técnica de coleta de dados. Dessa forma, foi possível criar três eixos explicativos. Com esses três elementos, construiu-se a noção de *habitus* dos ítalo-brasileiros e a de capital cultural. Essa conjugação de elementos, presentes no município de Colatina, criou as condições para que se produzisse na região certa organização da sociedade local, implicando o surgimento de uma cultura empresarial e gerencial na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas.

Palavras-chave Cultura do Trabalho. *Habitus*. Capital Cultural. Família. Cultura Empresarial.

Abstract The objective of the study is to understand, among Italian-Brazilian people, how the construction of the cultural capital, based in the culture of the work, in the church and in groups of kinship, has generated rationality strategies and a certain standard of affectivity and sociability in the community where they were inserted. That allowed the definition of social and cultural aspects; and unfoldings in the business field in Colatina, in the State of Espírito Santo. We appeal to the “indiciário” method as research method. That way, the notion of *habitus* of the Italian-Brazilian people and of local cultural capital was constructed. These elements, in the City of Colatina, created the environment for the organization of the local society, producing a business, managerial configuration in the region that distinguishes it from other productive areas in the State of Espírito Santo.

Keywords Work Culture. *Habitus*. Cultural Capital. Family. Corporate Culture.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de exaustivo levantamento secundário e pesquisa de campo sobre a imigração italiana no Espírito Santo, imigração esta que deixou marcas profundas na sociedade brasileira e isso não foi obra do acaso. A entrada de imigrantes alemães, italianos, japoneses, libaneses e espanhóis em nossas terras teve no fundo uma preocupação de branqueamento da raça brasileira (RAMOS, 1994), devido à discussão de teorias com bases científicas do século XIX, as quais pregavam a inferioridade da raça negra. Raça negra essa que não conseguiu se firmar entre os brasileiros como uma raça nobre. A ela, coube o papel da miscigenação e da suposta ideia de um país que tem no seu bojo uma visão mais “democrática” no que diz respeito à questão da raça (SEYFERTH, 1974).

O processo de imigração no Brasil foi baseado num projeto de monitoramento da população que envolvia o adensamento, branqueamento e a ‘elevação civilizatória’ dos habitantes do país. Essa política possuía dois objetivos claros: “o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra escrava na produção mercantil-exportadora” (COLBARI, 1998, p. 129-130). Assim, Colbari (1998, p.132) enfatiza que “a questão não era somente a falta de população, os vazios demográficos, mas a falta de uma população portadora de certos atributos que permitissem sua incorporação no processo de produção”.

No Espírito Santo, para buscar entender esse fenômeno, é necessário voltar ao século XIX. Foi nesse momento histórico que o estado deixou para trás o seu marasmo econômico em relação às outras províncias e partiu para uma nova fase do seu desenvolvimento econômico. Fase esta marcada por transformações na economia regional: a cultura do café. É bom esclarecer que, no fim da escravidão, os trabalhadores da região sul passaram a trabalhar em sistema de parceria e os da região central reforçaram a produção familiar (ROCHA *et al.*, 1983). Esse reforço na pequena produção familiar se deveu à política do Império de distribuir frações de terras às famílias europeias, principalmente italianas e germânicas, as quais, com um pequeno pedaço de terra, “geraram uma importante estrutura de minifúndios e foram responsáveis por parte significativa da produção cafeeira, sobretudo a situada na região central e de montanhas” (VASCONCELLOS *et al.*, 1998, p.15).

Nesse sentido, Colatina, foco empírico do nosso artigo, é um município ao norte do estado, a 128 km da capital do estado, Vitória, e que só contou com a presença de imigrantes italianos em um segundo momento, no início do século XX, quando o limite físico, imposto pelo Rio Doce, foi superado. Duas situações explicam o direcionamento em relação ao norte do estado. O primeiro tem relação com a manutenção da pequena propriedade familiar, já que para produzir era necessário mover-se pelo território, e o Rio Doce era naturalmente um empecilho ao desenvolvimento da produção familiar. O segundo, em decorrência do primeiro, era a necessidade de transposição do rio, o que possibilitou a construção de um sistema de transporte, especialmente, a edificação da Ponte Florentino Ávidos, fator determinante para fazer de Colatina porta de acesso à região norte do estado e também para a manutenção da pequena produção familiar ou, até mesmo, ampliação do ritmo de sua

produção (CAMPOS JR., 2004). Além da ponte, segundo Ribeiro (1996), a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, foi o primeiro marco da transformação da região de Colatina em importante entreposto comercial e centro irradiador da expansão populacional a partir da margem norte do Rio Doce. A cidade transformou-se em parada para os passageiros e isto, somado ao intenso movimento de tropas cargueiras, estimulou o crescimento do comércio.

Entretanto, não será sobre o desenvolvimento do município que vamos nos debruçar, mas sobre a percepção de que há em Colatina uma formação empresarial marcada fortemente pela presença do trabalho do imigrante. Nessa perspectiva, a discussão estará voltada para a compreensão de atitudes, comportamentos, capacidades intrínsecas e valores. Mais particularmente o que está relacionado ao *habitus* do imigrante, ou seja, trataremos das estruturas que foram internalizadas pelo indivíduo, das concepções de juízo e ação, vindas da sociedade e partilhadas por todos aqueles que estavam submetidos a condicionamentos sociais similares (IEES, 2005). Ou ainda a história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental. Sendo assim, o *habitus* é história incorporada, e capital (BOURDIEU, 2003). Mais precisamente neste artigo, capital cultural.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo compreender como foi construído o capital cultural desses ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos de parentesco e que gerou estratégias de racionalidade, além de certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. Esse contexto possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais e de desdobramentos no campo empresarial em Colatina.

Buscou-se responder ao seguinte questionamento: a presença do trabalho do imigrante, organizado, sobretudo de forma familiar, foi um fator explicativo da forma como os empresários surgiram em Colatina? Isso explica o fato de haver, em Colatina, empresários e empreendimentos bem sucedidos e uma cultura empresarial moderna?

A seguir discorreremos sobre o sentido da imigração no Brasil e no Espírito Santo, especialmente em Colatina, a metodologia utilizada para coleta de dados, os resultados obtidos, a análise dos significados e as considerações finais.

O HABITUS E O CAPITAL CULTURAL

Para Bourdieu, o “indivíduo” denominado de agente, no nosso caso os ítalo-brasileiros, é um termo de acordo com os mesmos princípios, é indissociavelmente história incorporada e situada no mundo social.

Nesse sentido (Há uma repetição desse termo.), os agentes possuem *habitus*, ou seja, valores, elementos, estrutura social incorporada por esses imigrantes, podendo intitulá-lo de *habitus* dos ítalo-brasileiros e tem (a que esse verbo se refere: *habitus* ou agentes? Caso seja a agentes,

acrescentar o acento circunflexo.) “lugar”, posição em um espaço social, e que tem lugar no mundo particular e específico como o campo social desses imigrantes, o campo da comunidade de imigrantes formados no Município de Colatina, que se diferencia do campo dos imigrantes estabelecidos na região central do estado pelas suas especificidades. A prática é condicionada pelas determinações do *habitus* e da posição ocupada, ou seja, as ações possíveis são delimitadas pelas condições histórico-sociais. Como diz Bourdieu (1997, p. 17): “É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer.” Porém, acrescenta ainda: “Os agentes sociais não são, evidentemente, partículas passivamente levadas pelas forças do campo” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Os *habitus*, disposições e estruturas mentais incorporados ao longo da história do “indivíduo”, ou seja, os valores herdados pelo discurso da igreja, pela ética do trabalho e pelo núcleo familiar, os quais incluem os condicionamentos da origem (por exemplo: social, econômica ou geográfica), porém (O emprego dessa conjunção aqui soa estranho. Há uma ideia de contraste?): “só se realizam efetivamente em relação com uma estrutura determinada de posições socialmente marcadas” (BOURDIEU, 1996, p. 299). Ou seja, o *habitus* é expressão do corpo socializado, história das relações objetivas incorporadas que “confere” o sentido das práticas ou ações dos agentes, “sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional” (BOURDIEU, 1989, p. 62). Ao permitir o reconhecimento prático do jogo, o *habitus* permite a identificação do espaço de possíveis, do espaço relativamente autônomo das tomadas de posição dos agentes.

Estamos falando de uma história individual ou de grupo que foi sedimentada ao corpo, história incorporada, de certa estrutura social específica localizada em um campo, Colatina, de influência ítalo-brasileira que se tornou estrutura mental. Nesse sentido, o *habitus* ítalo-brasileiro ainda está presente nessa região de Colatina, porque ele não se resume a uma aptidão natural, mas social, e nesse sentido pode ser variável através do tempo. Ele também é transferível entre vários domínios presente na prática e está presente na relação dos indivíduos de mesma classe ou grupo, fundamentando os estilos de vida de cada agente. Também tem a característica de ser durável, duradouro, mas não estático ou eterno. O fato mais importante é que tem a característica de ter uma inércia incorporada, ou seja, uma resistência que os corpos materiais opõem à modificação de seu estado de movimento, mesmo quando são produzidas práticas moldadas depois das estruturas sociais que o (A que se refere esse pronome?) geraram. O *habitus* também introduz um hiato entre as ações do passado que o formaram ou produziram e as determinações das ações presentes ou atuais. Ele também é guia de ações que assume (Quem assume? Se ações, verbo no plural. Se ele, colocar vírgula depois de ações e usar o pronome relativo o qual.) a marca, a especificidade sistemática de estratégias, sem ser o produto da estratégia (IEES, 2005).

A noção de capital cultural é genérica e Bourdieu (1992) afirma que gostaria de denominá-lo capital informacional. O capital cultural “existe ele mesmo, sob três formas, no estado incorporado, objetivado e institucionalizado.” (BOURDIEU *et al.*, 1992, p.95). O capital cultural incorporado, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo capital cultural familiar acumulado, que

amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

No estado objetivado (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, escritos, pinturas etc.), o capital cultural, em sua dimensão material, pode ser obtido do mesmo modo que o capital econômico. Porém, somente se constitui em sua globalidade na dependência das categorias de percepção relativas ao estado incorporado, esta condição de sua apropriação efetiva. O capital cultural institucionalizado é o próprio reconhecimento institucional, que apesar de certa autonomia em relação ao capital cultural incorporado, sob a forma de um título escolar, permite o estabelecimento da possibilidade de conversão, atribuindo comensurabilidade na relação entre capital cultural e econômico, sendo tão mais valioso quanto mais raro ele for.

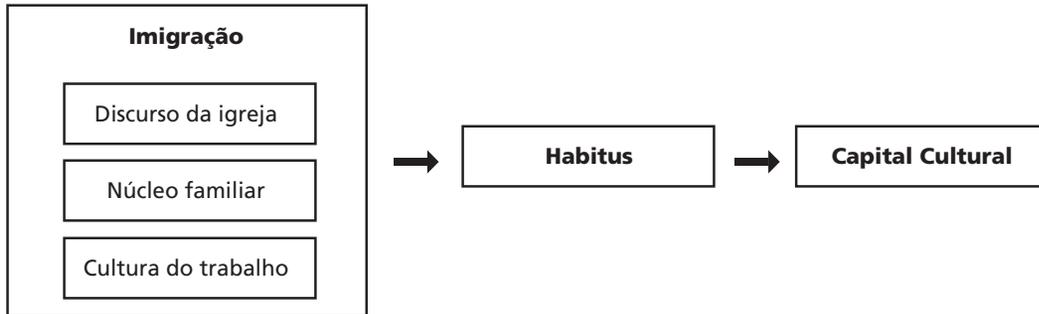
Nesse sentido, a história incorporada, o *habitus*, é um capital que possibilita aos agentes disporem das mesmas estruturas de percepção e de avaliação dos bens simbólicos de um universo social. Mas de que capital estamos nos reportando aqui? De um capital cultural, baseado nessas relações colocadas acima: religião, ética do trabalho, higiene, domínio de técnicas de produção, senso de organização e respeito às leis. No entanto, um capital cultural específico, o capital cultural incorporado, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo capital cultural familiar acumulado, que amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

Nessa perspectiva, os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural que lhes possibilita certa vantagem em relação ao trabalhador nativo. Muitos imigrantes eram alfabetizados, tinham assimilado uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na igreja, na ética do trabalho e nos grupos de parentesco. Além do fato de serem brancos, o que facilitava seu trânsito numa sociedade impregnada pelos estigmas da escravidão da população negra.

Esses três eixos que constituem o *habitus* reafirmaram e preservaram a integridade do grupo familiar, a identidade sociocultural através do trabalho contínuo, obsessivo, o que garante a inserção desse capital cultural nas organizações econômicas e produtivas no município de Colatina. Esses aspectos socioculturais configuram um tipo de empresa, num campo territorial específico e particular como o de Colatina, com características próprias e peculiares.

A Figura 1 sintetiza as ideias defendidas neste artigo.

Figura 1 – As relações entre o capital cultural e a imigração



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado foi o indiciário (GINZBURG, 1989). O nosso objetivo se resume em utilizá-lo como método de pesquisa, entendendo por método todo o processo de pesquisa, de instrução, de investigação, de apresentação, de escolhas, um modo de agir, de proceder no campo da pesquisa. Por que esse método? Primeiro, porque ele parte da interdisciplinaridade, de um pluralismo teórico e metodológico, da mesma forma em que se tece o tema imigração italiana, pois estamos utilizando conceitos relativos ao campo da administração, antropologia, história e sociologia. Segundo, os parâmetros indiciários não tecem teorias permanentes, mas sim, teorias que possam ser refutadas, refeitas, reconcluídas, o que atende ao próprio objeto. Novas teorias poderão ser formuladas a partir do tema imigração, porque entendemos que os fatos históricos não são deterministas ou generalistas. Existem realidades e não realidade histórica, verdade e verdades históricas, a melhor versão dependerá de que olhar ela será vista, porque os olhares são muitos, os sentidos são diversos e os interesses plurais. O terceiro ponto está relacionado a uma perspectiva ensaísta da narrativa histórica, o que coaduna com o que podemos inferir neste artigo. Não estamos lidando com os imigrantes que para cá vieram, mas sim, com memórias daqueles que ouviram, que de uma forma ou de outra vivenciaram esse cotidiano, pois se “as causas não são reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1989, p.169). Outro elemento do método é que ele se desloca para o âmbito da pesquisa, o vínculo entre retórica e prova, que faz parte do modelo ensaísta que pretendemos adotar. A prova se dará dentro da perspectiva da retórica. Nesse caso, o critério de escolha do indício não invalida o caráter científico das ciências conjecturais, porque a realidade é opaca, nela existem pontos privilegiados, indícios, sintomas, que tornam possíveis decifrá-la, ou seja, a retórica não é incompatível com a prova empírica palpável. Nesse sentido, o método requer um exercício de imaginação e argumentação retórica.

O método indiciário (GINZBURG, 1989) é de cunho qualitativo. Neste sentido, foi utilizado como técnica de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. Também foi utilizado o manuseio de documentos.

O critério de escolha do informante era ser filho, neto ou bisneto dos imigrantes italianos que escolheram Colatina para residir e montar os seus negócios. A população escolhida foi dividida em três segmentos: empresários do setor de confecções (5 entrevistas), os moradores de Colatina (11 entrevistas) e estudiosos (4 entrevistas) do tema imigração italiana, tanto em Colatina quanto no restante do Estado do Espírito Santo. As entrevistas foram realizadas durante os meses de maio a dezembro de 2006, num total de 20 entrevistas.

Recorreu-se à literatura existente sobre a imigração italiana no Espírito Santo, principalmente em Colatina, através de dissertações, teses, livros e artigos na Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assim como também a jornais, revistas e livros na Biblioteca Municipal de Colatina. Revisado todo o material bibliográfico, retiraram-se os elementos que ainda não haviam sido bem explorados nesses estudos, os vazios, os assuntos não discutidos, principalmente aqueles que fossem viáveis para dar conta da explicação do capital cultural dos ítalo-brasileiros. Nesse sentido, chegou-se a três eixos: o discurso da igreja, a cultura do trabalho e o núcleo familiar. Com esses três elementos construiu-se a noção de *habitus* e a de capital cultural presente na região de Colatina.

Nessa perspectiva, para montar um quadro, uma pintura do momento histórico, era necessário buscar na memória das pessoas o tempo múltiplo, não somente o cronológico, já que recorrer a ela é construir o passado com os olhos e valores de hoje, sendo ao mesmo tempo um documento do presente e uma reconstrução de fatos passados, um elemento constitutivo do sentimento de identidade relacionado ao sentimento de continuidade e coerência. Nesse sentido, história e memória são batalhas simbólicas pela apropriação de eventos do passado que devem ser lembrados, pois “a essência de nação consiste na existência de uma memória, de um patrimônio comum a todos os indivíduos” (OLIVEIRA, 2006, p.13).

Porém, o que essa discussão, tanto do tema quanto do método, agrega ao campo da Administração? Para Bourdieu, o fazer científico está no mundo. A questão é: como fazer para “tomar” o mundo como objeto? Para responder a esta pergunta, Bourdieu apresenta um pré-requisito: “tomar” o próprio fazer científico como objeto. Prosseguindo na reflexão, surge a questão: a partir de que pressupostos é possível “tomar” o fazer científico como objeto? O primeiro pressuposto já foi dado: o fazer científico é histórico e social. Aceitá-lo implica pensar os pressupostos como inseparavelmente inscritos na epistemologia e na sociologia. O que estamos trazendo como forma de agregar valor às teorias da administração é uma dimensão pouco considerada no campo, uma abordagem histórica. Com essa perspectiva, é possível dar mais ênfase às histórias de vida, às experiências vividas e internalizadas pelos indivíduos. O que coaduna com o pensamento de Chanlat (2000), quando o autor analisa que essa dimensão é esquecida nas organizações modernas, já que os gestores estão, de certa forma, submersos em ações imediatas e orientados para as questões de curto prazo, pois têm a tendência de eliminar a memória e trabalhar com horizontes mais curtos. Entretanto, se essa dimensão é esquecida, esquecemos igualmente quem somos e de onde viemos, já que a história é constituída da identidade dos indivíduos e das sociedades.

COLATINA: PRESENTE E PASSADO

Colatina se configura como um dos principais polos da economia capixaba, sendo o município articulador não apenas econômico, mas também político de toda a região noroeste. É um dos centros regionais mais dinâmicos de uma nova economia que vai se construindo no estado, onde os chamados Arranjos Produtivos Locais são peças-chave. Como salienta um empresário: “Em Colatina então surgiram muitas indústrias de confecções com grande força, inclusive para o mercado interno e até para a exportação, estamos exportando” (Empresário D, 30 anos).

Cabe lembrar, para compreendermos melhor o caso de Colatina, que o Espírito Santo teve seu primeiro ciclo de desenvolvimento alimentado pela cultura do café. Posteriormente, voltou-se para um ciclo de industrialização que se deu primeiro com capitais locais, depois com forte internacionalização dos investimentos. Nesses ciclos, e mesmo em movimentos anteriores, os processos sociais foram sendo amadurecidos, consolidados e constituidores de uma nova base de sustentação de novos ciclos na sociedade. Como enfatiza um pesquisador: “Eles [os imigrantes] já estavam produzindo café, porque a produção de café foi logo no início. O principal produto era o café, tem que ter em mente que o café era fundamental, quem já produzia tinha dificuldade de transporte” (Pesquisador D).

Além disso, as condições objetivas de operação econômica, política e social do Brasil também mudaram muito. A chamada abertura econômica vivida a partir do início dos anos 1990 lançou-nos em mercados altamente competitivos e nos possibilitou também ampliar os níveis de competitividade de nossos sistemas econômicos. Economias locais como as de Colatina puderam inserir-se em mercados nunca antes imaginados. Desde que tivessem – e esse era claramente o caso do arranjo do vestuário em Colatina – as condições endógenas para lançar-se a novos desafios. Valendo-se assim de elementos positivos, evoluiu de pólo importante do ciclo do café para centro dinâmico daquilo que podemos chamar de nova economia capixaba, fazendo surgir um novo arranjo não apenas entre empresários, mas entre eles e a sociedade, ajudando a configurar um novo poder local.

Cabe aqui uma explicação. A conjugação de elementos presentes desde o início da ocupação territorial e da exploração econômica da região – ambas proporcionadas pela presença marcante dos imigrantes – criou as condições para que se produzisse na região de Colatina certa organização da sociedade local, sob a forma de valores como a confiança, a cooperação e a solidariedade e permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas. Das entrevistas realizadas durante a pesquisa, pode-se depreender facilmente que existe um sentimento comunitário que é forte e estruturado a partir do envolvimento entre as pessoas, gerando uma interatividade muito propícia ao desenvolvimento de relações mais cooperadas. O que coaduna com o pensamento de um entrevistado: “No município de Colatina, os imigrantes chegaram em 1888, não existia nada, não tinha luz elétrica, não tinha água, não tinha rede de esgoto. Vê essa situação difícil. Mas as pessoas se ajudavam” (Morador A, 80 anos).

Nas grandes modificações econômicas, sociais e políticas pelas quais Colatina vem passando,

destaca-se a constituição de um novo setor econômico: o vestuário. Ele transformou-se em uma espécie de carro-chefe da economia local, seja em termos de volume produzido, seja em capacidade de gerar marca para a cidade. Aliás, essa marca ligada à indústria da moda é um dos seus grandes diferenciais competitivos e das outras localidades que se articulam e se locomovem em torno dela. É um capital intangível importante, capaz de conferir aos empresários ligados ao setor uma presença diferenciada nos espaços em que atuam.

Como construção sócio-histórica, a cidade de Colatina teve uma trajetória que pode nos ajudar a explicar não apenas o surgimento e afirmação de um novo centro dinâmico, como também a construção de certo estoque de capital intangível. Para começar a entender o que vem se passando, é válido lembrar que no final do século XIX e início do século XX, em decorrência de uma grave crise, entre outros fatores, sobretudo da: a) extinção do trabalho escravo decretado no fim do período imperial; b) a chegada em massa para o Espírito Santo do trabalhador imigrante, principalmente italiano; c) e ainda, a crise internacional de preços e também da própria comercialização do café, houve, no contexto de uma nova distribuição de importâncias no espaço produtivo capixaba, um deslocamento progressivo do eixo dinâmico da economia e da produção agrícola, do sul para o norte do estado (CAMPOS JR., 2004).

Com a construção da estrada de ferro Vitória a Minas, chegando a ferrovia em 1906 na cidade, Colatina consolida a sua posição de centro comercial da região (CAMPOS JR., 2004). A construção da ferrovia para ligar o Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais, concebida pelo Presidente Muniz Freire (1892-1895), teve impacto muito forte em Colatina. Ele queria trazer o café produzido no Espírito Santo e em Minas para ser exportado por Vitória, viabilizando economicamente o seu porto (CAMPOS JR., 2005).

Nas imediações da margem direita do Rio Doce, nos arredores de Colatina, já havia cultivo de café e a ferrovia permitiu o seu escoamento com maior facilidade, além de funcionar como indutor da expansão do café em direção ao território mineiro, contribuindo para a formação de novos polos comerciais, como os de Colatina. Da mesma forma que Colatina foi o ponto de partida da frente pioneira para o norte do Rio Doce, também foi o ponto de chegada das mercadorias produzidas na região. A passagem dos produtos por Colatina para serem embarcados no trem, desenvolveu um importante comércio regional.

O Município de Colatina teve, tradicionalmente, como uma de suas principais atividades econômicas a extração de madeira e a produção de café. Na verdade, a extração da madeira teve início em função dos cafezais. Como os imigrantes eram muito descapitalizados e o café naquela época levava cerca de sete anos para ter-se a primeira colheita, os colonos tinham de gerar outras fontes de renda. Assim, como estavam dentro da Mata Atlântica e precisavam mesmo desmatar para começar suas lavouras, foram retirando as árvores mais nobres. Assim, lentamente foram vendendo jacarandás, perobas e outras madeiras nobres até a sua extinção. Entre os anos 1940 e início dos anos 1960, a extração de madeira teve forte importância na região e construiu uma nova base econômica, juntamente com o café.

Entretanto, no final dos anos 1950, o governo brasileiro requalificou a produção do café

para exportação. O café que o Espírito Santo produzia era de baixa qualidade e assim foi decidido, nas instâncias centrais da burocracia governamental, que ele deveria ser erradicado. A retirada dos pés de café foi iniciada no fim da década de 1950 e prolongada até o início dos anos 1970. A erradicação não apenas esvaziou o campo como provocou um movimento maciço da população rural em direção à cidade, criando enormes bolsões de miséria, além de uma mão-de-obra mais extensiva e, portanto, mais barata. A recomposição produtiva basear-se-ia, então, com as iniciativas empresariais mais expostas à concorrência de fora, criando novas oportunidades para além de seu mercado local (DADALTO, 2004).

Não podemos, entretanto, afirmar com segurança que foi o esvaziamento da cultura do café que produziu um setor industrial forte e potente. Fosse apenas isso, esse mesmo setor teria se desenvolvido em outras cidades próximas. Na verdade, a história não é linear e nem se desenvolve de uma forma que possamos traçar um quadro simples. Ela também é o lugar do inesperado. O que as falas apontam é que havia um conjunto de condições especiais instaladas na região, sendo a presença dos ítalo-brasileiros o seu elemento mais forte, que possibilitou o desenvolvimento de um novo patamar de crescimento, criando uma cultura empresarial voltada para as atividades industriais por parte dos setores mais novos das famílias ítalo-brasileiras. Em seguida, apontamos alguns dos elementos que julgamos explicativos dessa presença dos ítalo-brasileiros.

OS INDÍCIOS PARA UMA REFLEXÃO DO CAMPO EMPRESARIAL EM COLATINA

O Papel da Igreja

Nas falas dos entrevistados, há um fato que é recorrente: a presença marcante da Igreja junto a esses colonos ítalo-brasileiros. Uma presença viva e constante, que tinha um papel importante na vida desses imigrantes, o de elemento de coesão, de transmissão de valores, como concorda um entrevistado:

Todos esses elementos conservavam os principais hábitos e costumes dessa “italianada” e a que se destacava era a prática da religião católica. Nesse sentido, os imigrantes, como o meu avô, exerciam a função de fabricante, tesoureiro da igreja, cabendo a todos zelar pelo templo e organizar festas da igreja e da comunidade (Morador G, 50 anos).

Mais do que um espaço físico para as reuniões, ou até mesmo para o funcionamento das escolas, a igreja, com a presença do padre, era um espaço onde eram ensinadas as questões relativas à convivência harmoniosa, à confiança, à reciprocidade, o fazer o bem, geralmente em regiões de dificuldades de transporte, de trabalho duro nas lavouras. “A igreja também já serviu como estabelecimento de ensino. Nós já estudamos na igreja, porque não tinha escola, nem lugar para estudarmos” (Morador D, 85 anos). “O padre estava presente em todas as situações da comunidade, participando da separação das brigas de família, no almoço de

domingo, em tantas situações” (Pesquisador C).

A presença do padre parecia ajudar a atenuar os desconfortos e a vida difícil que os imigrantes levavam. Sendo o lugar de encontro para esses ítalo-brasileiros, a igreja desempenhava o papel de instituição social. Como afirma um empresário: “Era costume, falava a nona, que, na igreja, os homens sentavam-se numa ala dos bancos e as mulheres na outra. Não se misturavam. As cerimônias religiosas eram seguidas com muito respeito e ninguém ousava interrompê-las ou perturbá-las” (Empresário D, 30 anos). Foi a igreja que garantiu a coesão tão necessária num ambiente novo, desconhecido e hostil. Era, na verdade, o centro dos valores morais e mantinha viva a tendência da ajuda mútua. “O que os imigrantes nunca dispensaram eram as missas e as rezas” (Morador A, 80 anos). Porém, o que queremos apresentar diz respeito ao elemento que parece ser o papel do clero para com os imigrantes, colocar nas mentes desses imigrantes uma relação com o trabalho diferenciada e o desenvolvimento de uma ética para o trabalho. Pensamento confirmado nas falas dos entrevistados: “Não só o padre, mas a religião católica em si, ela estava presente na maneira de ser, de agir, de pensar, de reagir desses imigrantes” (Pesquisador C).

É também importante ressaltar alguns rigores seguidos pelos imigrantes pela fé católica. Pregavam abstinência na quaresma e na Semana Santa, dormindo em quartos separados. Já o carnaval era uma invenção diabólica para os colonos mais puritanos (Morador C, 79 anos).

Para Almeida (2002), o imigrante italiano foi instrumentalizado pelo catolicismo romano, numa tentativa, por parte da Igreja, de influenciar na política imigratória, devido ao que seria natural para o Estado moderno, a separação entre Igreja e o Estado brasileiro. “Na tentativa de estabelecer os critérios para a arregimentação de trabalhadores, o catolicismo romanizado estimulou a elaboração de pastorais voltadas para o enquadramento do imigrante, tendo em vista o seu projeto religioso e político” (ALMEIDA, 2002, p. 2).

A tese de Almeida (2002) era a mesma defendida por Colbari (1998) com relação ao imigrante ideal para a Igreja Católica, ou seja, uma pessoa comprometida com os laços culturais e religiosos, sendo essa a imagem idealizada pelo clero. Tendo o imigrante que ser portador das marcas da resignação e a Igreja o papel de moldá-los. Portanto, o que a Igreja buscava eram indivíduos obedientes, como concorda um morador entrevistado: “[...] a Igreja tinha um papel de unir, de evangelizar, me parece, não sei se estou enganada, mas uma forma também de catequizar, não catequizar como os jesuítas, mas uma catequização para a vida, em família e principalmente voltada para o trabalho” (Morador D, 85 anos).

Conforme Almeida (2002, p. 2), o catolicismo buscava forjar, sob seus auspícios, a unidade cultural e religiosa do País. “O papel do padre era que este ressaltasse as obrigações morais dos indivíduos, para o seu dever de obediência, de humildade, de docilidade e resignação, aceitando sua situação como desígnio divino, uma vez que a ordem social era por ele estabelecida”. O fato é que, além das prerrogativas políticas e econômicas em relação à política da imigração, o objetivo da Igreja romana era enquadrar os colonos italianos na sua doutrina .

O Núcleo Familiar como Patrimônio

Segundo Zanini (2004), a família, para esses descendentes de italianos, é um elemento compreendido como um patrimônio, numa perspectiva que procura valorizar o sangue e a etnia. Para Zanini (2004, p. 57), “a família se torna patrimônio simbólico que agrega valor a seus membros. Portanto, ser membro de determinada família, ter origem italiana e compartilhar de um itinerário de sucesso valoriza positivamente a identidade do descendente”. Para a autora, esse patrimônio interage no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2003), no qual a questão da etnia, como num campo (BOURDIEU, 2003), representa busca por capacidade, aptidão e na capacidade de influenciar, na capacidade superiora. Nesse sentido, os descendentes são os herdeiros e portadores da saga do imigrante e do histórico particular dos seus antepassados (ZANINI, 2004). Análise corroborada por um empresário:

Vovô era um homem fortíssimo, viajava 4 horas a pé, com um saco de milho às costas, até o moinho mais próximo e voltava carregando o fubá. Sua disposição era incomum para o trabalho. Também derrubava mata, trabalho do qual não tinha muita prática, foi atingido por uma árvore que caía. Mas, mesmo assim, levantou-se e, com auxílio de outros companheiros, foi caminhando para casa, onde faleceu horas mais tarde, sem qualquer assistência médica (Empresário A, 50 anos).

A colonização foi um empreendimento familiar (COLBARI, 1998). Não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório no trabalho e na Igreja. Esse núcleo familiar também se utilizava de vários subterfúgios para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade: o encaminhamento dos filhos e filhas aos seminários, a distribuição racional daqueles que trabalhavam nas lavouras e os que estudavam. Como nos esclarece um morador: “[...] Meu tio foi para o convento, era o do meio, pois o mais velho que ficou com as terras. Era assim e ninguém discutia” (Morador A, 80 anos). Corroborado por um pesquisador entrevistado: “[...] Quando me casei, só levei os presentes do casamento e uma máquina de costurar da minha mãe, as mulheres não tinham direito a herança. Só os homens” (Pesquisador D).

Os casamentos entre as famílias são exemplos dessas estratégias para a não fragmentação das extensões de terra. Podendo ser entendido como a racionalidade da cultura italiana (BANCK, 1998) para a manutenção da propriedade, já que as famílias eram numerosas. Era preciso prever uma forma de que não houvesse uma dispersão da propriedade. Além disso, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico. Muitas vezes, as aulas eram ministradas por professores contratados pelas famílias.

Para a imigração, eles representavam um tipo humano disciplinado, com uma cultura de trabalho e organização social cujo eixo estava na Igreja e no grau de parentesco. Aliás, “a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal” (COLBARI, 1998, p.137).

Essa forma de sociabilização, ou seja, aqueles que se associam em grupo, constituiu a

realidade dos imigrantes e estava estruturada a partir da vida familiar, sendo esse o núcleo que provocou o desatar dos motivos ou causas para enfrentar as adversidades das condições físicas e sociais da região estudada e para manter o grupo unido e coeso, nessa vivência comunitária.

A família enquanto uma espécie de cooperativa é um importante elemento a ser considerado, pois ele é importante para se compreender a estrutura das empresas hoje no Espírito Santo e particularmente em Colatina. A fala a seguir reafirma este item:

Bom, quando acabamos, acho, a quarta série, estou transformando para hoje para você entender melhor, porque antes não se chamava assim. Meus parentes se reuniram e decidiram que meu pai tinha que abrir um comércio na cidade, porque era preciso dar acesso à educação às crianças, continuar a estudar. Bom, assim aconteceu, meus pais se mudaram para Colatina, montaram um comércio, construíram uma casa que foi para toda a família, um ponto de passagem (Morador L, 25 anos).

Por que estamos nos referindo à cooperativa? Porque unia geralmente uma mesma família. O patriarca geralmente tinha vários filhos, 12, por exemplo, que geravam outras famílias também numerosas. Estamos aí falando num total de 70 pessoas entre genros, noras, filhos, netos. Um contingente representativo de pessoas. Era preciso alimentá-los, educá-los. Para tanto, era preciso ter certa organização interna quanto a quem cuidava do quê. Geralmente, as famílias mais abastadas tinham vários tipos de atividades, comércio, plantação de café, plantação de frutas e cereais, criação de bois e porcos, entre outros negócios. Até mesmo as famílias menos abastadas, que tinham apenas uma atividade econômica, necessitavam de um tipo de organização para que a produção pudesse ser suficiente para alimentar e vestir a todos.

É importante salientar que, no Espírito Santo, pouquíssimos foram aqueles imigrantes que foram meeiros ou trabalhadores assalariados. A literatura sobre o tema relaciona que os imigrantes receberam pequenas propriedades e delas viviam (CAMPOS JR., 1996).

Nessa perspectiva, todos tinham uma função bem clara dentro da família, cada um possuía uma tarefa a ser desenvolvida, sendo geralmente o patriarca o que gerenciava a todos. A participação das mulheres nas lavouras acontecia na colheita basicamente, porque cabia aos homens, o trabalho que necessitava de força física. Esse papel estava relacionado geralmente às famílias de menor poder aquisitivo, já que as mulheres de uma família mais abastada eram donas de casa e cuidavam da educação dos filhos e dos afazeres domésticos; não que as outras não tivessem esse tipo de papel, só que, para aquelas, a jornada era dupla. A fala do entrevistado reafirma esta ideia:

Vovó fazia doces muito bem e estava firme na convicção de fabricar massas e doces caseiros de mamão, de goiaba, de pêssego e de figo, com a ajuda das filhas. Já os homens, os filhos, eram os vendedores. O tio Tito não gostava muito de

ficar preso à venda, não, mas, mesmo assim, ajudava a vender os doces. Mas a maioria dos meus tios já trabalhava na venda desde muito pequenos, já com 12 anos, e tinham interesse pelos negócios (Morador E, 55 anos).

Contrastando Culturas do Trabalho a Partir da Cultura do Imigrante

Segundo Holanda (1995), Prado Jr (1999), Freyre (2003) e DaMatta (1997), a frouxidão da estrutura social, associada à falta de hierarquia na estrutura da sociedade de origem lusitana, gerou um tipo humano brasileiro com uma ética do trabalho bem diferente do que vai ser notado no contexto da imigração de estrangeiros no país. Como corrobora o empresário entrevistado: “Minha vó também recorda que em plena lua-de-mel foi plantar café com o seu marido, o meu avô” (Empresário E, 55 anos).

Neste contexto, a valorização da ociosidade, do trabalho não-manual, do personalismo, vai formar no Brasil Colônia um tipo particular de família e de “negociantes”. A libertação dos escravos representou no Brasil mais do que a liberdade para um povo cativo, mas, também, o fim de uma estrutura de produção.

A relação com o trabalho de herança portuguesa é um fato que não pode deixar de ser mencionado. Não houve, entre a gente lusitana, uma religião para o trabalho ou para o apreço às atividades utilitárias (HOLANDA, 1995). Ao contrário, houve uma ânsia pela prosperidade sem custo, pelos títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis. Não é de se espantar o uso do trabalho cativo nas lavouras cafeeiras. Destoando, portanto, do *ethos* protestante defendido por Max Weber (ano?). Enquanto os povos protestantes tinham um apreço e uma valorização pelas tarefas manuais, as nações ibéricas possuíam um apreço maior pela “vida fácil”, pelo ócio, em detrimento do trabalho pela luta do pão de cada dia (Holanda, 1995). Para os entrevistados: “Acho que me esqueci de mencionar que tivemos escravidão. Esse fato não é um caso qualquer, é um elemento importante, porque a população, ou melhor, a sociedade então tinha que lidar com o trabalho” (Empresário D, 30 anos). “Acho que esse elemento da escravidão ficou muito arraigado em nós” (Pesquisador D).

“Em Portugal, somos todos fidalgos.” Essa frase de Fradique Mendonça retrata bem a forma como os portugueses encaravam a relação com o trabalho e reforça o exemplo acima citado. Além, é claro, de exaltar o prestígio social, o privilégio, favorecendo a mania de fidalguia, reforçando a ideia de repulsa ao trabalho regular e utilitário.

Marcante, e que deve ser levantada e discutida e que também não guarda relação com o mundo da imigração italiana, é a reduzida capacidade de organização social da nação portuguesa. Dificilmente a solidariedade fazia parte da moral do trabalho na Península Ibérica. Dada a característica personalista desta sociedade, que valorizava o mérito pessoal, não é de se admirar que a ideia de solidariedade faça parte do imaginário desses povos. “Se os homens se ajudavam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no mais animados pelo espírito da caninha do que do amor ao trabalho” (HOLANDA, 1995, p.60).

Holanda (1995), ao criar o dueto aventureiro e trabalhador, permite diferenciar o típico homem português que para cá veio, do imigrante estrangeiro. Apesar de não ter afirmado isso

na sua obra, até porque a finalidade era outra, ele acaba por apresentar um novo perfil: o da ética do trabalho, pautado numa nova moral, em contraposição ao universo lusitano. Apesar do autor não ter detalhado o tema, dando maior atenção à ética aventureira, o conceito defendido pelo autor nos permite refletir a respeito do assunto. Pensamento reafirmado pelos entrevistados: “Bom, o trabalho entre a italianada começava cedo, de madrugada, na verdade. Eram pessoas determinadas, que tinham um objetivo claro, vencer na América” (Morador D, 85 anos). “A dedicação exemplar ao trabalho, pois, não mais era do que um imperativo de sobrevivência” (Morador A, 80 anos).

Para Holanda (1995), será (??) a partir da sua afirmação de que existe uma ética da aventura e que existe uma ética do trabalho, uma distinção do mundo português (pautado na ética da aventura) e um outro mundo que ele não exprime qual, mas que é regimentado pelos que vieram para cá para trabalhar, se sujeitar ao trabalho pesado da lavoura, ao esforço, a enfrentar o trabalho manual. Não vieram para cá com a finalidade de se tornar bacharéis e trabalhar no serviço público. Não havendo, portanto, como dissociar o mundo do trabalho pesado na produção da imigração, muito pelo contrário, uma vez que falar em trabalho é pensar imigração e vice-versa. A fala dos entrevistados corrobora este pensamento:

Os imigrantes ajudaram a povoar terras vazias, cultivar fazendas de café, fundaram vilas, montaram escolas, criaram uma mentalidade junto aos seus descendentes de boas maneiras, de moral, de ética, de um conjunto de valores importantes (Empresário A, 50 anos).

É preciso lembrar que eles (os imigrantes) estavam relegados à própria sorte em contexto hostil, onde a sobrevivência impunha o espírito de desbravamento (Morador G, 50 anos).

É preciso abrir um parêntese para que essa discussão não seja enquadrada no que DaMatta (1983) intitulou da “Fábula das Três Raças”, ou seja, na imagem do mito da origem em que “índios”, “brancos” e “negros” são apresentados como partes complementares da Nação brasileira. Essa complementariedade se definiu em torno de um conjunto de propriedades diferenciais: negro/força, índio/coragem, branco/inteligência, que, uma vez combinadas historicamente, teriam dado origem ao Brasil. Pois é preciso levantar que a colonização brasileira teve um sentido nos trópicos, tomando para si um aspecto de uma empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais em proveito de um comércio europeu. O que explica os contornos fundamentais tanto econômicos quanto sociais da formação da história do Brasil (PRADO JR., 1999) e a ética da aventura discutida por Holanda (1995). Estamos levantando essa questão, pois não estamos fazendo nenhum tipo de apologia aos ítalo-brasileiros como portadores de características superiores a outras etnias, mas o que se discute e analisa é um relato do que foi visto, sentido, percebido no campo empírico e na literatura que discute o tema da imigração.

Pois, enquanto para o tipo aventureiro a “mira do esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que dispensa, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1995, p.

44). O trabalhador, ao contrário, enxerga primeiro o obstáculo a transpor. Esforçando-se mais, com recompensas nem sempre satisfatórias, mas com um olhar mais atento a tentar tirar proveito aparentemente do insignificante.

Dentro dessa lógica apresentada por Holanda (1995), o tipo trabalhador construirá uma moral do trabalho diferente do aventureiro, não atribuindo valor às características do outro perfil: irresponsabilidade, ousadia, bravura, valentia. Ou seja, não irá valorizar nada que esteja ligado à questão da amplitude, da vastidão e do sentido de espaçoso do mundo. Ao contrário, privilegiará atitudes baseadas na estabilidade, na segurança e em perspectivas materiais sem proveito rápido. Para os entrevistados: “Os italianos nunca foram poupados do trabalho árduo e pesado” (Empresário D, 30 anos). “Eles eram diferentes dos negros ou dos índios, mas o fato é que estavam aqui para trabalhar e era isso que faziam, até que senão não teríamos o que temos hoje” (Morador B, 76 anos). “Mas acho que interessante é mencionar que todos os esforços tinham basicamente duas finalidades: melhorar o orçamento familiar e permitir a formação de poupança” (Morador D, 85 anos).

Se por um lado a característica do tipo aventureiro esteve ligada ao mundo colonial e sendo imprescindível para a colonização de outrora, nesse novo contexto, o da quebra da estrutura baseada na monocultura e escravista, a figura do trabalhador tem uma afinidade maior com o que se quer realizar no Brasil com a vinda dos imigrantes italianos. Transformar um país essencialmente agrícola, colonizado, numa nação republicana, industrial e democrática.

Deve-se ressaltar que não apenas o aventureiro não tem relação com o mundo da imigração, mas outras características ou traços da cultura brasileira presentes nos clássicos antropológicos e sociológicos brasileiros como: o homem cordial, o personalismo, a “sensualidade brejeira”, como salienta Holanda (1995), o paternalismo, fazem parte de um Brasil a partir de uma ótica lusitana, que não possibilita explicar completamente o Brasil contemporâneo. Esses traços da cultura brasileira não incorporaram a presença da cultura de outros povos, em particular dos italianos. “Essas ‘explicações’ se concentram sobretudo no passado” (CÂNDIDO, 1998, p. 84). Como afirma um entrevistado: “Mas os italianos que para cá vieram tiveram um bonito papel, mas um papel nem sempre fácil de ser exercido” (Morador J, 27 anos).

Meu avô era um senhor muito trabalhador, acordava cedo, ia para a lavoura, só voltava à noite com toda a família, uma pessoa sem muitos luxos, sem muitas preocupações que temos hoje com relação ao consumo. O importante para ele era poupar e guardar para os filhos, foi o que fez a vida inteira (Morador A, 80 anos).

Para Cândido (1998), esse entusiasmo de Holanda, de Freyre, de Oliveira Viana, de Manoel Bonfim, pela raiz lusitana em nossa formação, resulta de uma visão conservadora e de saudosismo. Essa visão, segundo o autor, dificulta explicar a concepção do Brasil de hoje, não mais apenas português, mas com uma contribuição dos imigrantes. Para o autor é “curioso que não tenha feito referência ao imigrante para caracterizar uma nova era devida em parte à influência deste” (CÂNDIDO, 1998, p. 84).

No entanto, essa análise não leva em consideração algumas características, especificidades ocorridas em outras regiões do país como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, especialmente em Colatina, que parece ter reproduzido o discurso da política da imigração no país, os núcleos coloniais. O Espírito Santo, particularmente Colatina, não realizou, como São Paulo ou o Rio de Janeiro, a mesma estrutura de imigração, seja ela nas grandes fazendas, seja na incorporação dessa mão-de-obra na indústria. Como salienta Taunay (1943), aqui foi tudo modesto e tardio. Isto não deixa de ser verdade. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o processo da imigração italiana realizada no estado contribuiu para o desenvolvimento de Colatina e de outros municípios, pois propiciou a organização da vida produtiva em terras capixabas, lançando as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por famílias de origem europeia, em especial de origem italiana.

A imigração italiana em Colatina não só influenciou a vida produtiva e a configuração do cenário empresarial no universo da cultura empresarial e organizacional das empresas e dos seus dirigentes, como também imprimiu a sua marca na formação social e cultural do Município de Colatina. Preservando a sua identidade, a sua especificidade, frente ao caldeirão de etnias que é o Espírito Santo. Pensamento reafirmado pelos entrevistados: “Eu faço parte de uma dessas famílias importantes no estado. Essa grande empresa nasceu aqui em Colatina e somos oriundos de tudo isso que discutimos aqui durante essas entrevistas” (Pesquisador D).

Não sei explicar o que é exatamente, mas essas questões que estamos discutindo, talvez expliquem isso (a relação igreja, trabalho, família). Até porque não veria uma relação melhor, mas o fato é que somos diferentes e lidamos com essa diferença, não tenho dúvida. Não tenho problema em trabalhar sábado, domingo, feriado, não sei se isso é comum com outras pessoas, mas o fato é que, pelo que sei das histórias da família, os nonos eram assim também, com eles não tinha tempo ruim, todo dia era dia, não tinha isso de feriado ou dia santo, todo dia era dia de trabalho, muito trabalho (Empresário E, 55 anos).

AS RESSIGNIFICAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM COLATINA (ES)

Reivindicar *habitus*, e mesmo expressá-lo, tem sentido na medida em que os indivíduos encontrem a si mesmos nessa empreitada. O que equivale a dizer que, enquanto for um espelho positivo e demarcador de um determinado estilo de vida valorizado socialmente, tal reivindicação adquire sentido para o indivíduo e eleva sua autoestima, ou seja, não se é mais um cidadão genérico, mas, sim, particularizado, estilizado.

As comemorações da imigração italiana a partir de 1970 parecem ter trazido a tona essa reivindicação do *habitus*, ou ainda, este sentimento de pertencimento à Itália, neste sentido, tirar a cidadania, lembrar das cantigas, formar grupos de dança, realizar festas das famílias, participar de *circolos* que foram abertos em várias cidades do Brasil e, especialmente, em Colatina, se tornaram elementos importantes, pois foi o momento em que muitos dos

descendentes desses imigrantes se voltaram para um movimento social em prol de reviver o *habitus*, criando associações e *circolos* com o objetivo de reviver a ascendência italiana.

Num cenário mundial em que o local e o global, ou a uniformidade e a diversidade, se confrontam com frequência, reivindicar o *habitus* tem sido uma forma de expressar o pertencimento a uma “comunidade”, que possui uma forma específica de ser, com uma cultura e uma história particular. Além disso, as reivindicações de identidades se tem revelado um campo no qual o indivíduo pode se expressar com maior liberdade em termos sentimentais, em que a família e seus pertencentes desempenham um papel importante, os indivíduos podem, além de construir as memórias, encontrar sentido para suas existências particulares e dar vazão a uma série de sentimentos que se expressam pela trajetória imigrantista. Sentimentos tais como: coragem para vencer adversidades num mundo cada vez mais competitivo; disciplina para suplantar obstáculos; fé para prosseguir cotidianamente; crença de que a família é, sem dúvida, a melhor forma de convívio, entre tantas outras. Dessa forma, revivendo o *habitus* italiano em Colatina, através dos cursos de língua e cultura italiana e das narrativas dos descendentes, ser ítalo-brasileiro significa ser portador de uma história de sucesso e membro de um grupo que manteve, apesar de todas as dificuldades, uma determinada ordem moral. Significa, em suma, ser uma pessoa boa, ordeira e, acima de tudo, trabalhadora.

Contudo, a Itália moderna e real não é a Itália cultivada nos discursos invocadores das origens. A Itália que possui força é a Itália imaginada, idealizada. Dessa forma, na reconstrução desse capital cultural e suas particularidades, a família desempenha um papel fundamental como aquela rede de relações sociais baseada no sangue por meio da qual a imigração como um processo maior se particulariza e adquire formas, cheiros, cores e a experiência de personagens vivos. São pelas reconstruções da trajetória do emigrado doméstico, da família, que trajetórias são traçadas e se estabelecem redes de troca de informações e de partilha das dificuldades e dos êxitos. E quanto maior a trajetória de sucesso do emigrado e de sua descendência, maior valor possui a família e suas ramificações.

Contudo, para além das análises de cunho mais coletivo, observa-se que o investimento que muitos indivíduos e famílias têm feito na reconstrução de suas trajetórias familiares necessita de um olhar mais atento, que penetre nos domínios domésticos em que estas adquirem sentido. Pelo trabalho de campo, observa-se que, conjunta à reconstrução de uma trajetória positiva e de sucesso, principalmente, empresarial, tais indivíduos criam formas de expressão.

Além disso, esses ítalo-brasileiros, residentes em Colatina, possuem também um discurso centrado na valorização da memória como uma escolha na qual a valorização da cultura italiana de origem promoveria uma espécie de estetização da vida cotidiana. Qual a validade de se possuir um estilo de vida visibilizado? No âmbito da cultura empresarial, ele conota individualidade e uma consciência de si estilizada, ou seja, estabelece diferenças. Além disso, o triunfo de uma cultura da representação resulta num mundo simulacional, no qual a proliferação dos signos e imagens aboliu a distinção entre o real e o imaginário.

A dinâmica dos ítalo-brasileiros faz sentido aqui, em terras brasileiras como demarcadora de

pertencimento e estilo de vida. Fora daqui, na Itália, são brasileiros preferencialmente.

Esse capital cultural herdado é uma elaboração de empreendedores étnicos. O que se nota, contudo, no tocante aos descendentes pesquisados, é a relevância de se observar como os descendentes incorporam esse *habitus* e, mesmo quando ele não é expresso em termos discursivos, de que forma a noção de pertencimento está lá, senão manifesta, latente.

Mas, por que serem italianos? Por que esses indivíduos selecionam, no interior de uma gama de referências, a étnica? Compreende-se que, pelo processo criativo de reapropriação do passado que as memórias permitem, os indivíduos encontram prazer nessas atividades e, além disso, tais recriações promovem encantamento do mundo, bem como reaquecem relações sociais de parentesco já fragilizadas. O indivíduo, recriando a família, recria a si mesmo e, ao mesmo tempo, permite que ela se mantenha viva de uma forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que a pesquisa tem revelado, quanto a este capital cultural, é que este é fonte de sentimento e pertencimento, ou seja, um vínculo identitário que abarca sangue e valores, como, por exemplo, família, trabalho e religião. É, igualmente, um atributo construtor de uma identidade positiva, a de ítalo-brasileiro.

Neste sentido, a família, o trabalho e a religião são mantenedores de um determinado estilo de vida que ainda possui um peso fundamental para o grupo estudado, pois é por meio deles que sua origem e determinados valores a eles associados são repassados como legítimos e necessários. Neste caso, a família está se convertendo num patrimônio, segundo o qual o descendente pode elaborar, acerca de si mesmo, uma trajetória. Nesta trajetória, o passado ancestral dos emigrados italianos, posteriormente imigrantes e colonos italianos no Brasil, é evocado como herança, e a colonização transforma-se em sinônimo de processo civilizador, do qual o descendente se sente parte integrante.

Em suma, o descendente, ao reivindicar uma ancestralidade italiana, assentada na família, religião e trabalho pretende que a ele, individualmente, seja agregado valor, seja no mercado de bens simbólicos local, seja no regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vasni de. Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.44, p. 2-4, jul./dez. 2002.

BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Lisboa: Difel, 2003.

_____. **Les Usages Sociaux de la Science**. Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: INRA, 1997.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.

_____; WACQUANT, Loïc. **Réponses**: Pour une anthropologie réflexive. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. **As Regras da Arte**: Gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS JR., Carlos T. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, 1996.

_____. **A Formação da Centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

_____. **Estudo de Referência para o Município de Linhares**. Vitória: FUTURA, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CHANLAT, Jean. **Ciências Sociais e Management**. São Paulo: Atlas, 2000.

COLBARI, Antônia L. Família e Trabalho na Cultura dos Imigrantes Italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

DADALTO, Cristina. Da Colônia ao Aglomerado Industrial: o caso do relacionamento social-econômico-gerencial interfirmas da Indústria do Vestuário em Colatina. **ENANPAD, Anais** Atibaia-SP, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BECKERT, J.; ZAFIROVSKI, M. (orgs.). **International Encyclopedia of Economic Sociology**. London: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia L. **Nós e Eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMOS, Jair S. **O Ponto de Mistura: raça, imigração e nação num debate da década de 20, 1994.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Luis R. **Pequena Contribuição a História da Imigração Italiana no Município de Colatina.** Vitória: Artgraf, 1996.

ROCHA, Haroldo C.; COSSETTI, Maria P. **Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo, 1850/1930.** Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim.** Porto Alegre: SAB, 1974.

VASCONCELLOS, João G.; DAVEL, Eduardo. As organizações capixabas, seus contextos e mutações. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J.G. (Orgs). **Inovações Organizacionais e Relações de Trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1998.

ZANINI, Maria Catarina C. A Família como Patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de Imigrantes Italianos, **Campos - Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 53-67, jan./dez. 2004.

Ricardo Savacini Pandolfi Consultor na DVF Consultoria, Vitória (Espírito Santo), onde coordena projeto de planejamento estratégico (www.dvf.com.br). Suas áreas de interesse incluem cultura organizacional, cultura do trabalho, imigração, desenvolvimento regional.